

Quando os trabalhadores “querem”: Política e cidadania na transição democrática de 1945

Jorge Ferreira*

RESUMO: O *queremismo*, movimento social que, ao longo de 1945, clamou pela permanência de Getúlio Vargas no poder, entusiasmou parcelas significativas da sociedade brasileira. Mobilização somente comparada, em período anterior, à da Aliança Nacional Libertadora, e, décadas depois, à das “diretas já”, o *queremismo* apresenta ao estudioso algo que, na tradição intelectual de liberais ou das esquerdas, soa como estranho: cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder. Este trabalho tem por objetivo compreender as idéias, anseios, crenças e tradições políticas que, manifestadas com vigor por trabalhadores, assalariados e pessoas que se definiam como “pobres” ou “comuns”, entre fevereiro e outubro de 1945, assentaram, a partir daí, uma maneira de acreditar, se definir, e se comportar politicamente no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: *queremismo* – *getulismo* – *trabalhismo* – *trabalhadores*

ENTRE FINS DE FEVEREIRO DE 1945, quando José Américo de Almeida rompeu o cerco da censura, e 29 de outubro, com a deposição de Vargas, a sociedade brasileira, em pleno processo de democratização política e mobilizada em dois campos antagônicos, assistiu e participou de um movimento de massa, de proporções grandiosas, conhecido como *queremismo*.

Mobilização somente comparada, em período anterior, à da Aliança Nacional Libertadora, e, décadas depois, à das “diretas já”, o *queremismo* apresenta ao estudioso algo que, na tradição intelectual de liberais ou das esquerdas, soa como estranho: cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder.

* Professora do Departamento de História da UFF-RJ.

Populismo, efeitos das hábeis técnicas de propaganda política, mistificação ideológica, manipulação de massas, consciências desvirtuadas de seus "reais" interesses, nenhuma dessas explicações, atualmente, convence o estudioso. Os historiadores etnográficos, há bastante tempo, nos ensinam que se a cultura erudita tem o objetivo de subjugar os povos, não há por que acreditar que "estes foram real, total e universalmente submetidos". Para Roger Chartier, "é preciso, ao contrário, postular que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações" (Chartier, 1995, p. 182). O quererismo, antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo de Vargas.

Este trabalho tem por objetivo compreender as idéias, anseios, crenças e tradições políticas que, manifestadas com vigor por trabalhadores, assalariados e pessoas que se definiam como "pobres" ou "comuns", entre fevereiro e outubro de 1945, assentaram, a partir daí, uma maneira de acreditar, se definir, e se comportar politicamente no Brasil.

Muitas vozes, resgatadas daquele passado, surgirão dizendo-nos muitas coisas. As narrativas que se repetem, as expressões partilhadas e os comportamentos comuns serão tratados, aqui, como "textos", no sentido dado por Clifford Geertz. Atencioso aos significados, o estudioso das manifestações populares pode, por sobre os ombros daqueles que "escreveram", "ler" os seus "textos". "As sociedades, como as vidas", diz o antropólogo norte-americano, "contêm suas próprias interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas" (Geertz, 1978, p. 321). Mas também, e sobretudo, querer ouvi-las.

UMA VOZ DESTOANTE (?): "NÓS QUEREMOS GETÚLIO"

Com o avanço das tropas Aliadas e a derrota, agora vista como inevitável, do nazifascismo europeu, o Estado Novo, sobretudo no segundo semestre de 1944, dava mostras de esgotamento político. Sem o apoio dos altos escalões das Forças Armadas, cindido o grupo que o cercava no Palácio do Catete e com a derrota irremediável dos fascismos na Europa, Vargas, no início de 1945, perdeu a base de sustentação de seu poder e, portanto, as condições políticas para continuar na presidência da República.

A partir da entrevista de José Américo de Almeida, exigindo eleições livres e exaltando a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, os acontecimentos se precipitaram. Sem as limitações impostas pela censura, na imprensa, majoritariamente hostil a Vargas, as críticas tornaram-se virulentas. Os ataques das oposições veiculados nos jornais desmereciam particularmente a legislação trabalhista, sobretudo no tocante à implantação do sindicalismo controlado pelo Ministério do Trabalho, definida como obra do fascismo. Ditador, tirano, fascista, demagogo, hipócrita, traidor, mistificador e opressor dos operários, entre tantos outros impropérios, assim Vargas passou a ser qualificado pela oposição e na imprensa a partir de fins de fevereiro.

Menos de 10 dias após a entrevista de José Américo, estudantes universitários filiados ao Centro Acadêmico Onze de Agosto promoveram um comício na Praça da Sé. As faixas e cartazes pregavam “Liberdade de palavra”, “Anistia aos presos políticos”, “Nunca se poderá enganar toda a multidão todo o tempo” e “Fora o getulismo”. Os oradores, com veemência, davam vivas à democracia e pediam a morte do Estado Novo e do ditador. Após ofender e insultar Vargas com linguagem contundente, Rui Nazareth, presidente do Centro Acadêmico, declarou: “Trabalhadores e estudantes de São Paulo, avante! Pela Democracia!” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 3 de março de 1945, p. 3 e 4 de março de 1945 e 2ª seção, 1ª página).

No entanto, para grande surpresa dos manifestantes, centenas de pessoas, de aparência humilde, mas profundamente indignadas, chegaram na praça e, batendo em panelas, começaram a vaiar os jovens universitários. Sem se intimidar, o orador lembrou a derrota do integralismo naquele mesmo local e, com coragem, aumentou o tom dos ataques a Getúlio Vargas. Os trabalhadores, ainda mais revoltados, bateram mais forte nas panelas e, aos gritos, exclamaram: “Abaixo o P.R.P.!", “Viva os trabalhadores!” e, surpreendentemente, “Nós queremos Getúlio!”. Sem condições de continuarem o comício, os estudantes, desalentados, se dispersaram e a multidão, com suas panelas, apoderou-se da praça. Dias depois, em Belo Horizonte, novos distúrbios de rua ocorreram quando populares presenciaram a oposição insultando Vargas em um comício.

Descritos na grande imprensa como desordeiros, provocadores, arruaceiros, bêbados, exaltados, violentos, selvagens, entre outros qualificativos, era difícil para os grupos sociais culturalmente eruditos compreender as razões para o inconformismo e definir os comportamentos de indignação de populares que se insurgiam contra os que ofendiam Getúlio Vargas.

Na imprensa, políticos de oposição e editorialistas tentavam racionalizar aqueles episódios: entre a influência do nazismo e a atuação de embriagados, en-

tre a mentalidade obscurantista e o comportamento próprio de arruaceiros, assim as oposições esforçavam-se para dar conta dos conflitos que surgiam. Portanto, a explicação liberal, em seu limite, denunciava a aplicação, nos anos do Estado Novo, das técnicas de propaganda política de massa pelo DIP, importadas da Alemanha nazista, sobre uma população pobre, analfabeta e ignorante, permitindo que, no ocaso da ditadura, surgissem tais constrangimentos. Reprimir as manifestações a favor de Getúlio, assim, era a saída legítima para o problema.

No entanto, em fins de abril, alguns indícios para compreender a indignação popular, manifestada sempre que Vargas era ofendido publicamente, estavam à disposição da sociedade brasileira naquele momento. Nos textos dos sindicalistas, da pequena imprensa que apoiava o governo, a exemplo de *O Radical*, e, como veremos mais adiante, nas falas dos próprios trabalhadores havia o temor de que, com a saída de Vargas da presidência, os benefícios da legislação social fossem suprimidos, como também suspeitas e desconfianças sobre o grupo político que se preparava para assumir o poder. Para Spindel, o termo "queremos Getúlio" expressava o receio de que a democratização, sem o controle de Vargas, ameaçasse os princípios que fundamentavam a cidadania social alcançada pelos trabalhadores desde 1930 (Spindel, 1989, p. 61). O conjunto de leis de proteção ao trabalho, definido pelos assalariados, no início de 1945, de "trabalhismo" ou "getulismo" – nesse momento as expressões eram intercambiáveis –, tinha que ser defendido. Os ataques a Vargas significavam, na cultura política popular, grande perigo para aqueles que, desde o início dos anos 30, se beneficiavam da legislação.

Para a grande surpresa das oposições, os trabalhadores saíram às ruas na luta por demandas políticas e não, como seria o esperado, por reivindicações econômicas. A política do "esforço de guerra", com a suspensão temporária de alguns benefícios da legislação trabalhista, e a inflação que corroera os salários resultaram em um empobrecimento dos assalariados. Contudo, diz Elza Borghi Cabral, foi este mesmo povo empobrecido que saiu às ruas exigindo a permanência de Vargas. Para a autora, "não se pode atribuir o apoio incontestado das massas à sua ignorância ou à força da propaganda de seu mito, como o fazia o pensamento liberal" (Cabral, 1984, p. 55). Ao contrário do que pregavam as oposições, os benefícios sociais não foram poucos.

É muito difícil, hoje, imaginar um mundo sem um conjunto de leis sociais que resguardem os direitos dos trabalhadores. Este mundo, no entanto, já existiu – e aqueles que pediam a continuidade de Vargas o conheceram. No caso brasileiro, entre 1930 e 1934, em apenas quatro anos portanto, toda a legislação trabalhista, à exceção do salário-mínimo, foi promulgada: limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias,

repouso semanal remunerado, pensões e aposentadorias, criação da Justiça do Trabalho etc. O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado. Sem alguma repercussão em suas vivências, o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores, mesmo com a avassaladora divulgação de sua imagem patrocinada pelo DIP. Como defendi em trabalho anterior, o “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas – e o movimento que decorre dele, o *queremismo* – expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores (Ferreira, 1997).

Se em fins de fevereiro e em março a população apenas revidava as agressões nos comícios da oposição, indignada com as ofensas a Vargas, em abril o conflito começou a assumir contornos mais nítidos, sobretudo no campo das idéias, e um novo personagem surgiu no cenário político brasileiro: os trabalhadores. A partir de abril, a transição democrática não ficaria mais restrita aos interesses das elites políticas, governistas ou de oposição, mas a presença e a intervenção dos trabalhadores teriam que ser consideradas – ainda que, nesse momento, eles tivessem que aprender, mesmo que às pressas, a participar do jogo político.

É em abril que surgem pela primeira vez na imprensa as expressões “queremos”, “nós queremos” ou ainda “nós queremos Getúlio”. No mês seguinte, o movimento, de base popular, ainda sem direção e organização centralizada, e cujo único ideário político era a continuidade de Vargas no poder, espalhou-se por todo o país.

Embora resistissem, os jornais não mais podiam omitir o movimento. Os conflitos nos comícios da oposição, já rotineiros, aumentavam de intensidade. Nas capitais e em muitos municípios do interior, as ruas amanheciam pichadas exaltando Vargas ou exigindo sua continuidade no poder. Embora sem nenhuma divulgação oficial e com acesso muito restrito aos meios de comunicação, a frase “queremos Getúlio”, em maio, apoderou-se das crenças e das sensibilidades políticas populares. Nas propagandas comerciais, diz Elza Borghi Cabral, eram comuns *slogans* como “Nós queremos vender barato!” ou “Nós queremos Berverly!”. Dos centros espíritas, nos afastados subúrbios, vinham notícias de que D. Pedro I e Pinheiro Machado, materializados, pediam, igualmente, que Vargas permanecesse na presidência da República (Cabral, 1984, p. 24-5).

O "NÓS QUEREMOS" EM SEGUNDO MOVIMENTO

Em 31 de julho, em uma pequena sala no centro da cidade do Rio de Janeiro, os queremistas fundaram o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1945, p. 3 e *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1945, p. 4). Liderado por Jaime Boavista, o comitê tinha por objetivos organizar, unificar e dar direção ideológica a centenas de outros núcleos que já existiam em inúmeras cidades do país. Aristides Saldanha, em seu discurso na solenidade de fundação do comitê, ressaltou o distanciamento dos queremistas da candidatura de Eurico Dutra: "O povo", alegou, "não foi consultado". Logo, não há razões para apoiá-lo, ainda mais porque se sabe que os adeptos do candidato do PSD também são queremistas, embora não declarados. Lembrando o recente discurso de Vargas na cidade de Santos, quando o presidente garantiu que o povo teria total liberdade de votar no candidato de sua preferência, Saldanha concluiu:

"Pois bem, senhores queremistas, a nação aceita os conselhos do presidente: sagrará nas urnas o candidato de sua preferência e este candidato é Getúlio Vargas. Nós queremos Getúlio."

Na platéia, exclamações interrompiam os oradores: "Muito bem, apoiado e viva Getúlio!", "Até morrer eu sou Getúlio Dornelas Vargas!", "Abaixo as eleições e viva o Dr. Getúlio!", entre diversas outras. Quando o marinheiro Aquiles Rocha, em seu discurso, perguntou "quem não recebeu o apoio e o amparo do Dr. Getúlio Vargas?", logo diversas respostas surgiram: "Somos queremistas porque sabemos o que queremos!", "Por mais quinze anos!", entre outras.

O queremismo, inicialmente um conjunto de manifestações populares de reação aos insultos a Vargas, tornou-se, a partir daí, um movimento com feições mais definidas em termos organizacionais e políticos. As adesões, núcleos e comitês de bairros, abaixo-assinados e declarações de solidariedade aumentavam diariamente. No dia seguinte à fundação do Comitê do Distrito Federal, operários da construção civil, entrevistados por *O Radical*, declararam que só votariam em Vargas. Um deles completou:

"Se o presidente Vargas não comparecer às urnas como candidato terá faltado o melhor soldado na batalha decisiva para os destinos do Brasil. Pode ficar certo de que o operariado brasileiro não tem outro candidato." (*O Radical*. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945, p. 3 e 15 de agosto de 1945, p. 3)

Moradores da Estrada da Gávea, local que mais tarde ficaria conhecido como "Rocinha", publicaram um abaixo-assinado:

“Essa candidatura natural nada mais é do que a tradução consciente da vontade popular, agradecida à pessoa do exmo. sr. Getúlio Vargas, que durante 15 anos consecutivos como Chefe da Nação soube compreender tão bem os anseios do seu povo (...).”

O entusiasmo político permitiu que surgissem, entre os trabalhadores, vocações para lideranças políticas, nos bairros e locais de trabalho. Alcebíades V. Tôrres, operário da fábrica Cerâmica Brasileira, tornou-se um elo de ligação entre os 600 empregados da empresa em que trabalhava, os moradores dos morros da Mangueira e do Jacarezinho e o comitê recém-fundado. Segundo seu depoimento:

“Em todas as localidades onde tenho amizades vinculadas, estamos realizando um grande movimento de todos os moradores, levados por um sentimento de gratidão e civismo, no sentido de reeleger o presidente Getúlio Vargas, amigo dos operários (...).”

Provocado pelo repórter, Alcebíades disse não entender a legislação que impedia a candidatura de Vargas:

“Se isso é crime”, argumentou, “não existe mais mentira do que a democracia! O povo quer e o povo é soberano em qualquer regime democrático! Se estamos no caminho de liberdades populares, como se apregôa, por que evitar que o povo escolha e eleja aquele que é o chefe da pobreza, o amigo dos humildes (...) que nos garantiu e só é atacado pelos que estão furtando o povo e lucrando de barriga cheia?”

Lembrando que o presidente Roosevelt “foi reeleito porque morava no coração do seu povo”, completou: “ou há democracia ou não há!”

Pela cidade, comícios relâmpagos eram realizados. Nas barcas que ligam o Rio de Janeiro a Niterói, líderes queremistas discursaram para trabalhadores que, cansados, voltavam no final da tarde para suas casas. No início curiosos, mas logo entusiasmados com os discursos a favor de Vargas, os passageiros aplaudiam os oradores e davam “vivas” ao presidente. Após a atracação, algumas pessoas deram seus depoimentos sobre o inusitado comício marítimo. Uma senhora, pobremente vestida, descreveu o repórter, declarou: “Só votarei se o Presidente for candidato. O meu voto eu não dou a ninguém, a não ser êle.” (Idem, 17 de agosto de 1945, 1ª página) Um carregador de embrulhos afirmou: “Os inimigos do Presidente são uns mal educados. Quando fazem comício não sabem dizer outra coisa a não ser desaforos.” Um operário, com o apoio de um outro colega de trabalho, comentou as atitudes dos opositores a Vargas:

"Êles estão é com saudades. Ninguém pense que êles tenham verdadeiramente interêsse pelo Brasil. Tanto tempo estiveram no poder, e não fizeram coisa alguma."

Entre 15 e 18 de agosto, uma campanha nacional, sistemática e coordenada, foi deflagrada em todo o país para mobilizar a população para um grande comício queremista. Programado para o dia 20, este seria o primeiro de diversos outros que ocorreram até a deposição de Vargas. Todos seguiram o mesmo ritual: milhares de pessoas se reuniam no Largo da Carioca e, após ouvirem os discursos, caminhavam até o Palácio Guanabara para falar diretamente com o presidente.

O crescimento do movimento, os conflitos nas manifestações da UDN e a proximidade do primeiro comício queremista inquietaram as oposições. Os jornais, insistindo na mesma linha, aumentaram ainda mais seus ataques. Segundo o editorial de *Diário da Noite*, de São Paulo, Vargas, de fato, "desfruta de alguma popularidade" entre certas categorias de trabalhadores. Mas o prestígio do ditador explica-se fundamentalmente

"pela propaganda demagógica do Estado Novo. Hitler e Mussolini também, por força mística que souberam difundir (...), desfrutaram de popularidade (...) de milhões de homens fanatizados, bestializados (...), excitando sua imaginação". (Citado em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1945, 2ª seção, 1ª página).

Como Hitler e Mussolini, continua o jornal, Vargas, durante o Estado Novo, inundou as mentes dos trabalhadores com sua "propaganda totalitária", permitindo que surgisse a "praga daninha" do "queremismo".

Em fins de agosto, uma novidade surgiu nos jornais. Em páginas compradas na imprensa, o Comitê do Distrito Federal passou a publicar milhares de telegramas enviados pela população, oriundos de todas as capitais e dos mais diversos municípios do país, pedindo a continuidade de Vargas no poder. Em textos telegrafados, individuais ou coletivos, curtos ou longos, trabalhadores exigiam a candidatura do presidente. Da cidade de São Paulo, um abaixo-assinado colhido na Praça do Patriarca resultou no seguinte texto:

"O povo que não decepcionou o seu governo pede e espera que Vossa Excelencia não o decepcione, recusando a candidatura que espontaneamente lhe oferece. Comissão povo instalada em plena praça pública que até este momento representa 35.000 assinaturas conforme comprovante em seu poder, remetido por via aerea."¹

Da mesma capital, Durvalino Dourado, em telegrama acompanhado de mais 32 assinaturas, disse que “para presidente só v. excia.”; Alfredo Coimbra e 38 companheiros declararam que “nós, cidadãos brasileiros compenetrados de nossas responsabilidades (...), temos a honra de dirigir v. excia, esta mensagem formulando um apelo para que aceite candidatura presidente da Republica”. Antonio Alves e seis outras pessoas escreveram: “só votaremos em v. excia.” Comissões de trabalhadores também telegrafaram. Uma delas afirmou que “quinhentos operarios industria Firestone Santo André querem candidatura v. excia.” Com a mesma expectativa, outro telegrama coletivo garantiu: “É com força do coração que nós operárias aclamam sua candidatura”.

De Belo Horizonte, uma comissão de barbeiros, cabeleireiros e similares se declarou solidária com a candidatura Vargas. De Recife, Natal Natarelli, representando 23 pessoas, enviou o seguinte texto: “Candidatando-vos à Presidência da Republica sabereis pela votação dos trabalhadores o quanto sois benquisto no seio da massa trabalhadora nacional.” Genesio Miranda, de Niterói, alegou: “Não pertenço a alta sociedade: tenho porem os mesmos sentimentos que eles e peço-vos, como o povo, candidatar-se (...)”. Os trabalhadores da indústria do açúcar do município de Santo Amaro, Bahia, também por meio de uma comissão, aplaudiram

“o gesto democratico que teve o partido queremista apresentar candidatura v. excia. Proxima eleição poderá v. excia. contar mais de dez mil votos desta classe (...). Queremos ser reconhecidos v. excia. a quem devemos tudo como redentor nosso Brasil.”

Os telegramas, aos milhares, se multiplicavam nas páginas dos jornais. De todas as capitais e de inúmeros municípios, o clamor popular se repetia, exigindo a candidatura de Vargas.

Na última semana de agosto, os queremistas se dedicaram à organização do segundo comício, intitulado o “dia do fico”. A expectativa que cercou o “dia do fico” foi grande, se lembrarmos que o prazo de desincompatibilização para a inscrição das candidaturas se encerraria quatro dias depois, no dia 3 de setembro. Vargas, no entanto, não se desincompatibilizou, causando grande frustração entre os queremistas. Mas, nesse momento, o movimento procurava elaborar melhor seu projeto político. Ao reconhecerem o novo lema “A solução é a Constituinte”, os queremistas clamaram por uma “Constituinte com Getúlio”. As mudanças, de julho para agosto, portanto, são significativas. Da simples personalização da política com a palavra-de-ordem “Getúlio, com ou sem Constituinte”, o movimento passou a reconhecer a necessidade da própria institucionalização da política por meio de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Seja como for, os constrangimentos das oposições se sucediam. Em 4 de setembro, surpreendentemente, Vargas apareceu no centro da cidade, caminhando tranqüilamente. Ao ser percebido pelo povo, logo estrondosos aplausos ecoaram pelas ruas. Com gritos de "viva o presidente" e outras expressões, a população, com alegria, manifestou seus sentimentos. O aumento desmesurado da multidão, no entanto, obrigou Vargas a entrar em um ônibus que passava pelo local. Cercado pelo povo que não parava de aplaudir, o ônibus seguiu seu caminho, não sem alguma dificuldade (*O Radical*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1945, 1ª página). Seu prestígio entre os trabalhadores, sem dúvida, era cada vez maior.

SOBERANIA POPULAR E APRENDIZADO DEMOCRÁTICO

Em pleno processo de democratização, os trabalhadores, recusando as candidaturas de Eurico Dutra e Eduardo Gomes, queriam a oportunidade de votar em outra, a de Vargas. Embora por trás do quererismo estivesse o Ministério do Trabalho, é muito simples alegar, como faziam os liberais em 1945, que o sucesso do movimento teria ocorrido exclusivamente pelo apoio estatal. "O que importa ressaltar", diz Angela de Castro Gomes, "é que o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação - direta e emocional - que ele se propunha manter com a massa trabalhadora, vinha sendo construído dentro do Ministério do Trabalho desde 1942. Assim, sem o suporte ideológico do trabalhismo, o quererismo teria sido praticamente impossível" (Gomes, 1988, p. 309). Surgindo tão-somente como reação aos insultos ao presidente, mais adiante, os trabalhadores, com entusiasmo e vontade política, responderam de maneira positiva aos líderes e organizadores do quererismo. Historicamente, é muito difícil negar. Eles queriam Getúlio. A questão a ser enfrentada, portanto, é a seguinte: queriam por que e para quê?

Muitas respostas já foram dadas, páginas atrás, por trabalhadores e populares. É interessante, contudo, sistematizar com mais cuidado suas idéias, anseios e crenças de caráter político. Em espaços comprados na grande imprensa, o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal, a partir de agosto, passou a publicar, como já foi dito, milhares de telegramas oriundos dos mais diversos pontos do país. O que estas pessoas diziam?

Inicialmente, um conjunto de experiências estabeleceram um marco muito bem delimitado na cultura política popular daquela época. Para aqueles que viviam do trabalho, havia o tempo de "hoje" e o tempo de "antes", cuja linha simbólica que os separava era 1930. Nelson Siqueira, representante da comissão eleita pelos operários da Companhia de Fiação e Tecelagem de Pelotas, disse, em nome

de seus colegas de fábrica, que eles “não querem voltar tempos antigos quando bala e pata cavalo imperavam”. Seu argumento, com base em experiências vividas no passado, era objetivo:

“Que era o operário antes de 30? Escravo. Operario não tinha casa morar, rua para andar quando politicos não perseguiam; não tinha ferias, estabilidade, segurança contra acidentes e nem instituto de previdencia para ampará-lo.”²

Do Distrito Federal, Alcina Peceguero, em telegrama acompanhado de mais três assinaturas, recorda a política brasileira no tempo de “antes”. Segundo ela, Arthur Bernardes, atual político da UDN, afirmara que 99% dos fiéis a Getúlio eram comprados ou intimidados pelo Ministério do Trabalho. Para Alcina,

“povo não se abala isso, nem palavra facil politicos carcomidos que usam falatorio pomposo, empregando abusivamente vocabulos ‘liberdade e democracia’ depois terem governado país Estado Sitio durante 4 anos e viveram trancados Palacio Catete (...), deixando desterrados verdadeiros campos concentraçõ Clevelandia muitos brasileiros morrendo crime ter opinião”.

Após lembrar o movimento dos 18 do Forte, a repressão policial aos sindicatos e Clevelândia, Alcina afirma que, no governo Bernardes, imperava

“regime de opressões e terrorismo, em que nenhum jornal ousaria o que hoje fazem. Voz do povo é forte, sufocando inuteis tentativas destruir V. Ex. coração povo”.

Os argumentos se repetiam, sempre de descrédito com a política e os políticos do tempo de “antes”. Ferroviários paulistas, por exemplo, pediam a candidatura de Vargas para “salvar o Brasil garras politicos carcomidas evitando desgraça do povo”. José A. Lima, do Distrito Federal, confiava que Vargas não iria “entregar governo elementos não represente aspirações povo”. Archimedes de Andrade, de Itaboraí, Rio de Janeiro, foi enfático e resolveu telegrafar a Vargas para

“falar com franqueza. Por que não se candidatou á Presidencia? Por ventura V. Excia. ignora que o povo brasileiro está firme e intransigente seu lado? Como pretende nos deixar sem proteção o maior brasileiro vivo? Uma porção de olhos agoureiros estão arregalados sobre nós; só V. Excia. nos salvará. Vamos á frente e a demagogia dos macedo, zésmericos, aranhas e toda esta cafila de ratos barriga branca que estore no inferno. Povo quer Getúlio Vargas e pronto. Fique V. Excia. com Brasil que é estar com o povo que adora seu Getúlio”.

Repressão policial às reivindicações sindicais, campos de concentração, censura aos jornais operários, políticos indiferentes aos anseios populares, trabalhadores sem garantias, direitos sociais e reconhecimento político, eis a maneira como, em 1945, os que viviam do trabalho descreviam o tempo de "antes". A repercussão verdadeiramente impactante que as leis sociais causaram entre os assalariados dificilmente pode ser minimizada e permitiu que, na memória popular – embora possivelmente não em outras –, 1930 surgisse como um divisor de águas nas relações entre Estado e classe trabalhadora.

É verdade que, lendo os telegramas, seria uma perda de tempo procurar operários com inclinações revolucionárias ou "autonomistas" – como queiram. Mas como nos adverte Barrington Moore Jr., "agir assim seria forçar os sentimentos e os comportamentos dos trabalhadores a encaixarem-se em categorias predeterminadas, que podem guardar pouca relação com suas vidas e preocupações reais" (Moore Jr., 1987, p. 247). O que eles nos falam, por meio de seus textos, são de sensações de justiça e injustiça que mediaram suas relações com outras classes sociais e com o próprio Estado.³ Seguindo algumas idéias do autor ao estudar o caso alemão, trabalhadores e populares perceberam no governo de Vargas sobretudo a possibilidade de serem tratados e viverem como seres humanos, ou seja, de serem reconhecidos politicamente e valorizados socialmente. Para Moore Jr., "concreta e especificamente, o tratamento humano decente significava aquele mínimo de respeito e preocupação merecido por todos os membros da comunidade nacional". Por "tratamento humano decente" entende-se segurança na velhice, garantia contra as arbitrariedades patronais, justiça nas relações trabalhistas, regulamentação de salários e jornadas de trabalho e, particularmente, o reconhecimento e a valorização social e política. Equivalia também à aceitação da ordem social existente, mas "de sua modificação no sentido de uma maior igualdade", sem, no entanto, pretensões a revoluções sociais (Moore Jr., 1987, p. 313).

O reconhecimento dos benefícios sociais, da valorização política e do "tratamento humano decente", portanto, era uma necessidade. Ramiro Benoliel, do Distrito Federal, declarou seu voto a Vargas por tanto o que ele "tem feito pela grandeza do Brasil e bem estar dos trabalhadores a quem deu o direito de ter direitos".⁴ Em seu telegrama, o recifense Angelino Ferri, subscrito por mais 32 assinaturas, disse que "trabalhadores nacionais querem demonstrar gratidão para com V. Excia. apoiando vossa candidatura". Luiz P. de Figueiredo, de Jequitinhonha, Minas Gerais, comunicou: "meu voto será dado a Getúlio Vargas para Presidência da Republica como prova do reconhecimento de um sertanejo". José M. de Oliveira, por sua vez, enviou o seguinte telegrama:

“Nós, abaixo assinados, levado pelo espirito patriótico de operários (...) nesta cidade de Penedo, Estado de Alagoas, reunidos e cumprindo um dever de gratidão, levamos ao conhecimento de v. excia. que não encontramos nenhuma manifestação satisfatória nos operários desta terra no sentido de que seja a pessoa de v. excia. substituída no Governo (...). E, aqui, estamos ao lado de v. excia., não com espirito político, mas como operários unidos e que compreendem os grandes benefícios prestados por v. excia (...).”

As manifestações de gratidão e reconhecimento se repetiam muitas vezes nas páginas dos jornais. Afonso Salatino e mais 27 companheiros, todos da cidade de São Paulo, afirmaram que “a gente quer Getúlio porque Getúlio nos deu leis boas”. Pedro T. Silva, expressando os sentimentos de 172 ferroviários de Santos, declara que eles são “agradecidos pelos benefícios recebidos do Benemérito Governo de V. Excia.” e manifestam “gratidão ao seu benfeitor”. José A. Resende, de Ribeirão Preto, escreveu que “humilde trabalhador votará em vosso nome em pagamento da dívida de gratidão ao grande benemérito do Brasil”.

Em seus telegramas, os trabalhadores ressaltavam, com insistência, os benefícios alcançados com as leis sociais, mas as repetidas declarações de *gratidão e reconhecimento* demonstram sensibilidades políticas que dizem algo mais do que a simples constatação dos ganhos materiais obtidos com a legislação. As culturas humanas, nos ensina Marshall Sahlins, não se explicam tão-somente pelas atividades materiais, pela perseguição individualmente racionalizada de seus melhores interesses utilitários. A esta espécie de razão, prática, uma outra, mais significativa, rege as culturas: a simbólica. “Concebendo-se a criação e o movimento de bens somente a partir de suas quantidades pecuniárias”, diz o antropólogo, “ignora-se o código cultural de propriedades concretas que governa a ‘utilidade’ e assim continua incapaz de dar conta do que é de fato produzido” (Sahlins, 1979, p. 185). Por essa interpretação, não é casual que Antonio Fernandes, da cidade de Santos, afirme que “se bem não esteja satisfeito aumento aposentados invalidez, meu voto é seu, fui e sempre serei Getúlio” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4). Portanto, uma outra lógica, simbólica, cuja abrangência cultural se estende além da razão material, mediou as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir dos anos 30. Um manifesto de trabalhadores publicado em *O Radical* nos auxilia a compreender os fundamentos simbólicos que regiam as repetidas manifestações de gratidão e reconhecimento. “Bagunceiros, analfabetos e bêbados!”, é assim, dizem eles em seu manifesto, que os políticos de oposição tratam os operários brasileiros.

“Mas, nós os operários, não devemos extranhar esse tratamento por parte dos tais ‘democratas’, pois foi sempre assim que eles nos julgaram quando,

antes da subida ao poder do Grande Presidente Vargas - o redentor do operário brasileiro - tentavamos erguer a nossa voz em defesa dos nossos direitos." (*O Radical*. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1945, p. 6).

Segundo o texto, as oposições declaram que Vargas nada fez pelos operários⁴

"Mas porque, então, falam hoje tanto em operário; em proteção ao operário, em casa para o operário, quando antigamente, antes do advento getuliano, eles, os tais 'democratas', não se lembravam do operário nas suas campanhas políticas e nos parlamentos?!..."

Se Vargas nada fez pelos trabalhadores, como denunciam as oposições, continua o manifesto,

"ao menos um grande benefício ele prestou: despertou na sua consciência o valor que representa dentro da nação o que sempre lhe foi negado; deu-lhe personalidade, civismo e liberdade para fazer valer os seus direitos que sempre lhe negaram os tais 'democratas'".

O texto ainda pedia aos companheiros para lembrarem da greve da "L. R.", no Distrito Federal, quando os trabalhadores reivindicavam, pacificamente, aumento salarial. Logo os "democratas" enviaram "uma grande força policial que trancafiou no xadrez e seviciou os operários menos temerosos, fazendo calar pela fôrça a voz do então desprotegido operário". Continuando, o manifesto ainda declara:

"Operário! em que democracia brasileira você foi recebido no Palácio do Catete? Em que democracia brasileira você escreveu uma carta ao Presidente da República e obteve resposta prontamente?⁵ Em que democracia brasileira você se hombrou, nas ruas, com o Presidente da República e teve a honra de apertar-lhe a mão? Em que democracia brasileira você teve o prazer de vêr o Presidente da República tomar nos braços o seu filho querido, pobre, mas tão brasileiro quanto os filhos dos tais 'democratas'?"

Por fim, conclui o manifesto:

"é por isso que eles os tais 'democratas' injuriam o Presidente Vargas, taxando-o de Fascista e nos chamam de "BAGUNCEIROS, ANALFABETOS E BÊBADOS".

Portanto, não se trata apenas de uma lógica utilitarista, com a troca de benefícios sociais por obediência e subordinação política. Sem negar a lógica material presente no pacto estabelecido entre Estado e classe trabalhadora, Angela de Castro Gomes afirma que houve uma combinação com a lógica simbólica embu-

tida no discurso estatal, cujas mensagens, fundamentadas na ideologia trabalhista, resgataram idéias, crenças, valores e a auto-imagem construída pelos próprios trabalhadores na Primeira República. Para a autora, o Estado varguista não surgia apenas como produtor de bens materiais, mas como formulador de um discurso que tomava componentes simbólicos da identidade construída pelos próprios operários no período anterior a 1930, articulava demandas, valores e tradições da classe e os apresentava como seus - além de ressaltar os benefícios sociais como uma atitude generosa que exigia reconhecimento e, fundamentalmente, reciprocidade. Segundo Angela de Castro Gomes, a classe trabalhadora "obedecia", se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. "Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto" (Gomes, 1988, p. 22 e 195).

Por presidir e garantir novas relações entre Estado e classe trabalhadora é que, da capital paulista, Sebastiana Rocha e 21 pessoas declararam por telegrama: "queremos Getúlio porque para os trabalhadores brasileiros ele é um símbolo";⁶ ou levou Anna Katafaj, da mesma cidade, em nome de outras 27, a escrever: "queremos Getúlio, clamam os trabalhadores, porque Getúlio conhece nossos direitos e deveres". Mas se há direitos e deveres entre as partes, logo, afirmou o também paulistano Tolstoi Martins, em telegrama assinado por 32 companheiros: "todos os brasileiros cumprem com o seu dever, cumpra o seu, candidate-se".

Receosos de que, com outro governante, os fundamentos materiais e simbólicos do pacto fossem rompidos e, no mesmo movimento, os benefícios da legislação e o discurso estatal que os reconhecia politicamente se perdessem, os textos telegrafados eram bastante objetivos: "A garantia do trabalhador é V. Excia.", disseram João Isidoro e mais 23 pessoas da cidade de São Paulo. Três outras, da mesma cidade, declararam que "sem vossencia não há garantia trabalhador"; Nicolino Perusso junto com 28 companheiros, todos também paulistanos, escreveram que "unicamente vossencia poderá garantir continuidade da legislação trabalhista". Justino A. dos Santos, de Friburgo, Rio de Janeiro, foi claro: "peço encarecidamente para Excia aceitar V. Candidatura para não ser destruído tudo que vos tendes feito pelo povo Brasileiro".

Ao reconhecerem um governo que os elevou à categoria de cidadãos, com deveres mas sobretudo com direitos sociais, e ao afirmarem os ganhos materiais e simbólicos usufruídos desde o início dos anos 30, os trabalhadores, partilhando idéias, crenças e comportamentos em comum, não poderiam admitir ofensas e agressões àquele que presidia o pacto. Aceitar os insultos públicos a Vargas seria

não reconhecer devidamente os benefícios. Em uma palavra, ingratidão, uma falta condenável, porque muito grave, na cultura popular. Inúmeros telegramas, citados anteriormente, repudiavam as agressões dirigidas a Vargas por seus opositores. Partilhando dos mesmos valores, o mecânico Ovidio Barros telegrafou em nome de uma comissão de trabalhadores da cidade de Propriá, Sergipe, comunicando que:

“os trabalhadores de Propriá, com o apoio do povo em geral, levaram a efeito uma passeata de desagravo querida pessoa de V. Excia. agredida de publico com acusações pesadas, injustas e desleais por quem tem o dever de respeitar as leis e assegurar a ordem publica distribuindo uma verdadeira justiça. (...) A festa teve o verdadeiro aspecto de civismo em um ambiente patriotico de disciplina numa bellissima lição moral e de democracia para quantos necessitem aprender a respeitar os seus adversários políticos”.

Insatisfeitos com os rumos da transição à democracia, sentindo-se ameaçados com a possibilidade de voltarem ao tempo de “antes”, os trabalhadores se mostraram indignados. “É na defesa de sua condição de ‘vencedores’, de ‘cidadãos’”, diz Spindel, “que eles tomam consciência de sua nova situação de ‘vencidos’” (Spindel, 1980, p. 65). Muitos reagiram com intransigência, recorrendo a argumentos autoritários e de confronto político. Tobias Canto, telegrafando pelos operários da construção civil de Patos, Minas Gerais, disse que “trabalhadores nesta cidade mandam dizer que estão aguardando ordens de v. excia. para o que der e vier”. Da capital paulista, Palmira Longhi e outras 31 pessoas garantiram que “o povo não se intimida com ameaças”. Vitor Pujol, de Blumenau, protestou “contra baixezas atitudes sórdidas utilizada forças oposicionistas com seus termos, propios de irresponsabilidade”. Mais ainda, afirmou Vitor, “fui dos que se bateram em 32 de armas na mão contra V. Excia., mas hoje sou um dos que se baterão de armas na mão para defender V. Excia. (...)”.

Radicalismo popular mas, sobretudo saídas legais para a continuidade de Vargas no governo, defendiam milhares de telegramas. Os textos dos assalariados demonstram que o aprendizado de cidadania social fincou tradições em sua cultura política, embora eles, naquele momento, se sentissem ameaçados; agora tratava-se do aprendizado político, de lidar com os direitos inerentes ao regime democrático para fazer valer a sua vontade como cidadãos. Nesse aspecto, trabalhadores e populares, muito rapidamente, apropriaram-se de um dos fundamentos republicanos e do regime representativo transformando-o em uma idéia-força. Soberania popular, alegavam em seus textos, seria o elemento mais importante do regime democrático, refletindo a liberdade política do povo de fazer suas escolhas e de expressar a vontade da maioria. Em particular, diziam os telegramas, a demo-

cracia não poderia se restringir a votar em nomes para a presidência da República, mas também, e sobretudo, permitir a interferência do povo na *escolha* dos próprios candidatos. Ao se instituírem politicamente soberanos, os trabalhadores questionavam a maneira como a transição à democracia estava sendo conduzida pelas elites políticas do país. “É o povo quem escolhe seus mandatários não cabe nenhuma recusa aos escolhidos”, escreveu do Recife Romildo Souza.⁷ Walter Barreto e mais 11 companheiros, todos de Itabuna, disseram: “não compreendemos eleições livres, sem poder votar nome vossencia”. Para Benedito de Almeida e 17 outras pessoas, da capital paulista, “somos a maioria do povo, portanto, Dr. Getúlio não pode decepcionar”. Jeronimo Gomes, em nome de 3.000 operários da fábrica Suerdick, de Maragogipe, Bahia, foi enfático:

“compreendendo ser este regime [democrático] onde o povo tem direito de apresentar seu governo não lhe ser imposto como querem políticos demagogos profissionais, solicitamos (...) candidatura sua personalidade (...)”.

Apenas votar, portanto, não bastava. A democracia, em sua plenitude, exigia também o direito de escolher os candidatos que concorreriam às eleições. Afinados com as noções populares de soberania e vontade popular, os líderes queremistas, em editorial publicado nos jornais, afirmaram que “o voto é a mais legítima propriedade do eleitor”, permitindo que “os homens investidos das funções de Governo sejam depositários da confiança popular”. No entanto, a democratização do país se vê ameaçada em sua legitimidade por um dispositivo do código eleitoral que impede Vargas de candidatar-se. Portanto, alegaram:

“Que diabo de redemocratização é esta onde o povo fica impedido de fazer a sua livre escolha para a suprema magistratura do país.

Uma lei que impede alguém de ser eleito para a Presidencia da Republica, pode ser justa em qualquer outro regime, nunca em uma democracia.

Na democracia, quando a lei contraria a vontade popular, não é esta que deve conformar aquela, mas ao contrário.

A lei que contraria a vontade popular é anti-democratica e precisa ser revogada. Nós queremos Getúlio. É preciso que a lei se conforme com a nossa vontade.”

Por não terem sido consultados sobre as candidaturas e impedidos de escolherem a sua, alegavam muitos trabalhadores, eles interpretavam os nomes de Eduardo Gomes e Eurico Dutra como sendo “impostos” ao povo pelas elites políticas e, questionando a legitimidade das eleições, se recusavam a participar do pleito, como forma de protesto. “Governo do povo para o povo é o povo quem manda (...)”, era assim que Americo Villante e 28 outros colegas do Distrito Fede-

ral entendiam a democracia. Portanto, sentindo-se impedidos de exercerem a soberania política, as recusas se multiplicavam nos jornais. Carlos Rossi, da cidade de São Paulo, escreveu para declarar que "os brasileiros não querem Dutra ou Gomes. Nós queremos Dr. Getúlio Vargas." Aguinaldo S. Marques, de Salvador, Bahia, ameaçou: "Seja nome Vossa Excelencia candidato ou não sairei minha residencia para dar voto (...)". Também Trindade Gil e outros 12 companheiros, da cidade de São Paulo, declararam que "se V. Ex. não se candidatar seremos obrigados votar em branco (...)".

Agora comprometidos com a democracia, os queremistas empenhavam-se em lutar pelos direitos de cidadania política dos trabalhadores. Mas, antes, era necessário garantir os direitos sociais já adquiridos, sobretudo por meio da legislação trabalhista. A ameaça de perdê-los surgia como real, sobretudo, acreditavam eles, com uma transição política sem o controle de Vargas. Somente escrevendo as leis sociais em uma Constituição, na letra da lei, os assalariados estariam seguros, exercendo, na plenitude, a cidadania social e política. Assim, a presença de Vargas no governo durante a Constituinte era um imperativo, tanto para a garantia de seus direitos quanto para a ampliação deles. Para os trabalhadores, portanto, o lema "Constituinte com Getúlio" expressava uma *escolha* política, cuja estratégia se explica a partir de seus próprios interesses como personagem político.

A MALDIÇÃO DO MARMITEIRO

Com o apoio popular, os líderes queremistas mostravam-se cada vez mais audaciosos, convocando novas e grandiosas manifestações. No comício chamado de o "dia V", não casualmente em 3 de outubro, calcula-se que uma multidão de 100.000 pessoas no Distrito Federal e 200.000 ou 250.000 segundo outras versões, em São Paulo, compareceram ao evento. Vargas, falando ao povo, acenou com a possibilidade de consultar os partidos sobre a viabilidade da convocação de uma Constituinte.⁸

Vargas adiantava-se aos acontecimentos e criava outros, provocando a ira das oposições. Ao inaugurar mais 14 quilômetros de eletrificação de trens suburbanos, ele convocou os trabalhadores a aderirem ao PTB. Com o partido, alegou, "os trabalhadores deviam ir às urnas escolhendo os representantes saídos de seu seio e intérpretes de suas aspirações" (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1945, 2ª seção, 1ª página). Ao indicar o PTB como um partido de trabalhadores, Vargas continuava avançando muito além do permitido no comportamento das elites políticas do país.

O Radical, por exemplo, interpretou as palavras de Vargas à sua maneira: no Brasil, a divisão social era bem definida e os trabalhadores, conscientes de sua classe, deveriam se organizar politicamente: de um lado, diz o editorial, os “grã-finos”, os bacharéis, os “intelectualóides” e aqueles que, ricos, preocupados tão-somente com seus interesses pessoais, escolheram a UDN; mas de outro,

“homens e mulheres que tressuam nas oficinas, nas fábricas, nos escritórios, nas lojas comerciais, e aquela massa enorme dos que laboram nos campos, se haviam decidido pelo Partido Trabalhista Brasileiro, pela simples razão de que o trabalhador procura o seu partido como os reacionários vão procurar, por simples instinto, o desfalecente udenismo” (*O Radical*. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1945, p. 1 e 7).

Embora as palavras de Vargas fossem apropriadas de diversas maneiras, sua indicação permitiu que um conjunto de idéias, crenças e atitudes coletivas – o *trabalhismo* como projeto político, o *getulismo* como a sua personalização e o *queremismo* como movimento social, termos até então sinônimos e intercambiáveis – se institucionalizasse em um partido político, o PTB. Nas páginas da grande imprensa, o comitê do Distrito Federal, patrocinando a travessia do movimento social para o partido político, incitava os trabalhadores: “Queremistas ontem e, agora, nas hostes do PTB.”

Avançando muito além do permitido para o padrão conservador da política brasileira, com grande prestígio entre os trabalhadores e manobrando por sua continuidade na presidência da República, Vargas, em 29 de outubro, foi deposto por meio de um golpe militar.

Desalentados com a queda de Vargas, somente em meados de novembro um fato político novo deu algum impulso aos trabalhistas. O ex-presidente, em seu primeiro pronunciamento após a deposição, dirigiu um manifesto aos trabalhadores: “Trabalhadores do Brasil! (...) Condensa as vossas energias e moldai a vossa consciência coletiva, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro.” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1945, p. 3). De março a novembro, as mudanças, sem dúvida, foram significativas: um movimento social que começou com o simples lema “Queremos Getúlio”, passou, mais adiante, a clamar por “Constituinte com Getúlio”, até chegar a um partido que moldasse a consciência política da classe trabalhadora.

No entanto, a vitória eleitoral do brigadeiro Eduardo Gomes era dada como certa e irreversível, sobretudo porque o ex-presidente se recusava a apoiar o general Dutra. A menos de duas semanas para o pleito eleitoral, somente um evento de grande impacto, forte o suficiente para indignar os mesmos trabalhadores que

participaram do queremismo, mobilizando seus sentimentos e incitando-os a uma ação política em comum, poderia sustar a vitória da UDN.

Hugo Borghi, empresário e líder queremista, foi aquele que criou esse fato. Com imaginação e talento político, ele conseguiu estabelecer, com extrema habilidade, um símbolo que representou uma identidade coletiva dos trabalhadores e, no mesmo movimento, projetou uma imagem absolutamente negativa do adversário. Atento aos discursos de Eduardo Gomes, Borghi, pela rádio, ouviu a seguinte frase: "Não necessito dos votos desta malta de desocupados que apóia o ditador para me eleger presidente da República." (Borghi, 1977, p. 51-2). Malta, para o brigadeiro, seria o conjunto de trabalhadores que participou dos comícios queremistas, porque, em sua percepção política, recebeu dinheiro do Ministério do Trabalho para comparecer às manifestações pela continuidade de Vargas no poder. Borghi foi ao dicionário e leu: "Malta - agrupamento de lobos, conglomerado de má catadura, operários que percorrem as linhas ferroviárias levando suas marmitas, marmiteiros...". Marmiteiros, pensou ele, era melhor do que malta. Com sensibilidade política, não foi difícil perceber que marmiteiro "pegava" mais do que malta. No dia seguinte, Borghi acionou uma cadeia de 150 rádios. Sem meias-palavras, declarou:

"A maior prova de que o senhor Brigadeiro é o candidato dos grã-finos, dos milionários, dos ricos, dos barões, dos exploradores do povo (...) é que ele declarou que não precisa do voto dos marmiteiros, que trabalham, que lutam (...)."

Similar às limalhas de ferro que se separam, para utilizar uma metáfora do historiador E. P. Thompson (1979, p. 40), a *marmita* agiu como uma placa magnetizada. Como um símbolo de caráter político, ela permitiu, por meio de imagens e representações, que os trabalhadores percebessem os embates políticos, os conflitos econômicos e as contradições sociais experimentadas por uma sociedade dividida em classes. De um lado, os grã-finos, os milionários, os ricos, os barões, as elites, os exploradores do povo; de outro, os que vivem do trabalho, os pobres, os simples, os humildes, a plebe, os que lutam. "Entre a plebe e a elite, um divisor: - marmiteiro", afirmava em uma manchete *O Radical* (*O Radical*. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1945, p. 3). O sucesso da expressão foi imediato, impactante, entre os assalariados. "Os símbolos", diz Baczko, "só são eficazes quando assentam numa comunidade de imaginação" (Baczko, 1985, p. 325). E naquele momento, a simbologia da marmita encontrou um "território" cultural e político fértil para ser assimilada e apropriada, com significados diversos, na imaginação social dos trabalhadores. Panfletos, aos milhões, pregavam a dignidade

dos marmiteiros. Nos comícios dos candidatos do PTB, milhares de trabalhadores participavam com marmitas, panelas e outros utensílios domésticos de metal, batendo neles com talheres.

Por meio da marmita, um simples utensílio doméstico agora transformado em poderoso bem simbólico de caráter político, os trabalhadores identificaram seus interesses materiais e simbólicos, resultando em uma identidade coletiva própria. A marmita representava a dignidade, o respeito e a decência do trabalhador. Tratava-se, portanto, de um conflito de interesses e de uma luta por valores – ou de classes, no entender de Thompson –, vividos e socialmente experimentados, e não apenas construídos intelectualmente.

Com um poder incomum de mobilização, a palavra marmiteiro, com extrema rapidez, varreu o país e tornou-se elemento integrante do imaginário popular, como um patrimônio simbólico do trabalhador. *O Radical* dizia que os marmiteiros,

“a patuléia e a ralé de cujos votos não precisa o candidato udenista, são assim denominados pelos chefes dessa corrente política, (...) não são grã-finos, são trabalhadores, simples e modestos, também são cidadãos dignos de respeito (...)” (*O Radical*. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1945, p. 5).

A partir daí, a candidatura de Eduardo Gomes, que até então não alcançara popularidade, tornou-se definitivamente antipática aos eleitores de baixa renda. O que não significava, automaticamente, a vitória de Eurico Dutra. As chances eleitorais do general dependiam do apoio público do ex-presidente. Os apelos de Borghi, mas sobretudo os insultos crescentes da oposição e a ameaça de banimento, convenceram Getúlio Vargas. O acordo seria selado com Dutra, desde que ele garantisse a manutenção das leis sociais e o Ministério do Trabalho para o PTB.

O manifesto de Vargas apoiando Dutra chegou meia hora antes do encerramento do último comício do general, no Rio de Janeiro. Em 29 de novembro, *O Radical*, com o título “Não vencerá o candidato dos grã-finos. Os ‘marmiteiros’ votarão no general Eurico Dutra”, publicou a cópia fotostática do manifesto de Vargas (*Idem*, 29 de novembro de 1945, p. 5).

Nas eleições de 2 de dezembro, Eurico Dutra, surpreendentemente e contrariando todos os prognósticos, venceu as eleições. Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes dividiram entre si o voto popular e urbano. O PTB surgiu como o terceiro partido na Câmara, sobretudo devido a Vargas, seu “puxador de legenda”.

PALAVRAS FINAIS: QUEREMISMO E CLASSE TRABALHADORA

O quererismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mais adiante, o quererismo evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembléia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, para além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta (Cabral, 1984, p. 169). O resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores, o PTB.

É verdade que o quererismo não alcançou seu quase obcecado objetivo: manter Vargas no poder. Nem com a Constituinte, nem sem ela. Mas concluir tão-somente que o movimento foi derrotado, pelo simples fato de que Vargas foi deposto pelos militares, é não perceber a sua importância e o seu alcance político. Após as eleições, na imprensa e em diversas interpretações de líderes pessedistas e udenistas, houve a constatação, espantosa para eles, de que os trabalhadores, de maneira contundente e irreversível, passaram a ter *vontade* política. Esta, inclusive, foi a conclusão a que os jornais chegaram para explicar a eleição de Dutra e o revés sofrido pelo brigadeiro. José Lins do Rego, por exemplo, comparou a derrota da UDN em São Paulo com a batalha de Waterloo. Chefes políticos republicanos tinham sido derrotados em seus próprios "currais", algo inédito na tradição política brasileira. Sobral Pinto igualmente percebeu que os trabalhadores passaram a decidir por si mesmos, votando no PTB e no PCB, "para nossa humilhação", disse ele (Gomes, 1988, p. 318-9). Portanto, se Vargas não continuou no poder, Eduardo Gomes não se elegeu e, muito mais importante, os trabalhadores surgiram no cenário político com consciência de seus interesses e vontade política.

O quererismo foi absorvido pelo PTB, mas, historicamente, o surgimento de ambos somente foi possível por estarem afinados com um conjunto de experiências econômicas, políticas, ideológicas e culturais vividas e partilhadas pelos trabalhadores, consubstanciado no projeto nomeado de trabalhismo. No trabalhismo, origem e motivação do quererismo e do PTB, estavam presentes idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. O trabalhismo, portanto, traduziu uma consciência de classe, legítima como qualquer outra, porque histórica.

Ao longo do ano de 1945, a sociedade brasileira conheceu um acirramento das lutas sociais, manifestado, muitas vezes, por uma luta de valores. E foi no próprio decorrer do conflito que os trabalhadores se reconheceram como classe social, em oposição a outras, com uma cultura política e interesses próprios. O quererismo, portanto, atuou no sentido de mobilizar os trabalhadores como clas-

se social. “A classe”, diz Adam Przeworski, “molda o comportamento político dos indivíduos tão-somente se os que são operários forem organizados politicamente como tal” (Przeworski, 1989, p. 42). Este, a meu ver, foi o papel político de relevo do *queremismo* e, mais adiante, do próprio PTB. Resgatando crenças, idéias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, antes e depois de 1930, e “dialogando” com eles, o *queremismo* mobilizou-os como classe social, com consciência de sua identidade coletiva.

Evidentemente que a análise se afasta frontalmente das interpretações que vêm na política brasileira após 1930, ou 1945, nada além do que repressão e propaganda governamental, resultando em uma classe trabalhadora sem consciência de seus “reais” interesses, sempre a reboque de “pelegos” e “líderes burgueses de massa”. Contudo, afirma Przeworski:

“No papel, podem se enquadrar as pessoas nas classificações que se desejar, mas na prática política é preciso tratar com pessoas de carne e osso, com seus interesses e a consciência dos mesmos. E tais interesses, quer sejam ou não ‘reais’, não são arbitrários; tampouco é arbitrária sua consciência e a própria prática política que os forja.” (Idem, p. 85).

ABSTRACT: The “*queremismo*”, a social movement that, during 1945, aimed to keep Getúlio Vargas in political power, thrill great part of Brazilian society. This popular movement can only be compared to the political excitement caused by the National Liberating Alliance, in 1935, and the “Diretas Já” in 1984. The “*queremismo*” challenges scholars with something which looks strange in the intellectual tradition either from a liberal or a leftist point of view: the dictatorship of the “Estado Novo” (New State) collapsed, but the political prestige of the dictator rose; a democratic regime is announced and, at the same time, workers demanded that Getúlio Vargas remains in power. The goal of this article is to understand the ideas, longings, believes, and political traditions which, vigorously expressed by workers and people who defined themselves as “poor” or “common”, built, between February and October of 1945, a way to believe, to define themselves, and to behave politically in Brazil.

KEY-WORDS: *queremismo* movement – Getúlio Vargas – labour movement – workers

NOTAS

1. As citações que se seguem estão em *O Jornal*, 31 de agosto de 1945, p. 6; 26 de agosto de 1945, 3ª seção, p. 8; 28 de agosto de 1945, p. 6; 26 de agosto de 1945, p. 8; 28 de agosto de 1945, p. 6; 31 de agosto de 1945, p. 6; 28 de agosto de 1945, p. 6. 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4, 21 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4.
2. As citações que se seguem estão em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1945, p. 6; 7 de setembro de 1945, p. 6; 26 de agosto de 1945, p. 6; 12 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4; 20 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4 e 31 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 6.
3. Ao descreverem a política brasileira antes e depois de 1930, os trabalhadores expressavam as mesmas sensibilidades daqueles que, *no próprio decorrer da década de 30*, explicavam as mudanças políticas que estavam vivendo. A implementação da justiça nas relações entre Estado e sociedade e nas relações de trabalho, mediadas pelo próprio Estado, era o tema mais recorrente nas enunciações populares nos anos 30 e nos primeiros da década de 40. Veja Jorge Ferreira, 1987.
4. As citações que se seguem estão em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1945, p. 6; 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4; 12 de setembro de 1945, p. 6; 28 de agosto de 1945, p. 6; 22 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4; 21 de setembro de 1945, p. 4 e 23 de setembro de 1945, p. 3.
5. Escrever ao presidente da República e obter "resposta prontamente" não é declaração sem fundamentos. A partir de 1930, a Secretaria da Presidência da República instituiu um moderno e eficiente mecanismo para receber, avaliar e responder as cartas de populares enviadas a Vargas, em prazo bastante curto. Veja Jorge Ferreira, 1987.
6. As citações que se seguem estão em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 1o de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4; 7 de novembro de 1945, p. 6; 26 de agosto de 1945, p. 8; 22 de setembro de 1945, p. 4; 12 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 5; 6 de setembro de 1945, p. 6; 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4; 2 de setembro de 1945, p. 6; 28 de agosto de 1945, p. 6 e 31 de agosto de 1945, p. 6.
7. As citações que se seguem estão em *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1945, p. 6; 30 de agosto de 1945, 2ª seção, p. 4; 31 de agosto de 1945, p. 6; 15 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4; 11 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4; 26 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4; 5 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4; 19 de setembro de 1945, 3ª seção, p. 4 e 20 de setembro de 1945, 2ª seção, p. 4.
8. *O Radical*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, p. 5. À promessa de Vargas, sem dúvida inquietante para as oposições, somou-se, dias depois, o discurso de Luiz Carlos Prestes, em comício em Belo Horizonte. O líder comunista não apenas exigiu uma Constituinte antes da eleição presidencial, mas sugeriu que Dutra e Gomes renunciassem às suas candidaturas. Embora sem comprovações, os rumores de que Vargas e Prestes teriam pactuado um acordo mostravam-se cada vez mais convincentes para os oposicionistas. O perigo, portanto, era muito grande: os dois maiores líderes populares do país, verdadeiros mitos políticos, falavam a mesma linguagem e, pior, com o apoio dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In: *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, vol. 5. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- BORGHI, Hugo. *Depoimento*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1977.
- CABRAL, Elza Borghi de Almeida. *O queremismo na redemocratização de 1945*. Dissertação de mestrado. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1984.
- CHARTIER, Roger. "'Cultura popular': revisitando um conceito historiográfico". In: *Estudos Históricos*, n. 16. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.
- MOORE JR, Barrington. *Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editorial Critica, 1979.